(a) Antônio Lavir - Prefeito Municipal 1961
(a) Guarazil de Salles Bastos - Secretário

Lei nº 626 de 30 de Dezembro de 1961

Dispõe sôbre os impostos Territorial Rural e Transmissão de Propriedade Imóvel "Inter-vivos".

O Povo do Município de Alvinópolis, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O imposto territorial rural incide sôbre os terrenos rurais, tendo em vista o seu valor real.

§ único - o valor das matas ou das benfeitorias não influirá no cálculo do imposto.

Art. 2º - Consideram-se rurais os terrenos não compreendidos no perímetro urbano, devidamente fixados em lei municipal.

Art. 3º - Para a cobrança do imposto as terras terão a seguinte classificação:

I - De cultura;

II - De pastagens naturais, minerais e outras espécies.

Art. 4º - O imposto territorial grava a propriedade sôbre que recai, para efeito de ser exigido do proprietário, adquirente, possuidor ou ocupante a qualquer título e, constitui ônus real.

Art. 5º - Não estão sujeitos ao imposto

I - Os imóveis pertencentes:

a) à União e aos Estados; b) a partidos políticos; c) a instituições de educação e assistência social, desde que suas rendas sejam empregadas integralmente no País e para os respectivos fins; d) as cooperativas de produção, de consumo, de construção e escolar.

II - Os sítios cuja área total não exceda de vinte hectares (20,00 ha) quando os cultive só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel;

III - A área edificada em templo de qualquer culto;

Art. 6º - São isentos de impôsto: I. Os Aero-Clubes; II - A propriedade de valor inferior a Cr$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) cujo titular não tenha outro imóvel.

Art. 7º - As imunidades referidas na letra "b" do item I e item II do art. 5º terão reconhecimento automático.

§ único - As demais imunidades constantes do citado art. 5º serão reconhecidas à vista de requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Certidão de se achar constituído e registrado na

... da legislação eleitoral, em se tratando de partido político.

II - Quando às instituições de educação e assistência social será exigida a apresentação de estatuto devidamente registrado e balanço do último exercício financeiro, ou documento que o substitua, onde esteja comprovada a aplicação integral das rendas no País, para os respectivos fins.

... No caso do item II daquele artigo, atestado de dois contribuintes do imposto territorial que confirme as alegações do requerente;

... No caso da letra "d" do art. 5º é obrigatória a apresentação de certidão de pleno funcionamento da Cooperativa, fornecida pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo (D. A. C.) do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º - As isenções do imposto a que se refere o art. ... serão reconhecidas:

I - Mediante requerimento acompanhado de documento das autoridades da Aeronáutica, onde se comprove estar o clube devidamente legalizado; II - Independentemente de qualquer iniciativa da parte, quando o valor da inscrição da propriedade fôr inferior a Cr$ 2.000,00.

Art. 9º - As alíquotas do Imposto Territorial são as seguintes: I - Terras de cultura: a) - não cultivadas - 1,6%. b) cultivadas até a metade - 1,2%. c) - cultivadas em mais da metade 1%. II - Terras de pastagens naturais, de minérios e outras classificações: 1,5%.

Art. 10º - Para o cálculo do imposto territorial será tomado por base o valor real das terras. § único - Nas aquisições posteriores à revisão, a base será o valor atribuído à transmissão.

Art. 11º - O lançamento do imposto territorial rural será feito pelo Departamento de Rendas Municipais, abrindo-se a inscrição numerada para cada contribuinte, da qual constem:

I - Denominação do imóvel;

II - Área das terras de cultura, sendo: a) - cultivada. b) não cultivada.

III - Valor total das terras de cultura.

IV - Alíquota do imposto sôbre a cultura;

V - Imposto sôbre valor da cultura

VI - Área das terras de pastagens naturais, de minérios e outras classificações:

VII - Valor das terras a que se refere o item anterior;

VIII - Imposto incidente;

IX - Total do imposto a pagar

X - quitação.

Art. 12º - O lançamento dos contribuintes do Imposto Territorial será feito:

I - Por declaração escrita do proprietário, ou do responsável pelo tributo, em se tratando de propriedade ainda não inscrita;

II - No ato da arrecadação do impôsto sôbre transmissão da propriedade imóvel "inter-vivos".

III - À vista das estatísticas de transmissão "causa-mortis" remetidas pelos escrivães dos inventários e arrolamentos, ou à vista de formais de partilha apresentados pelos interessados;

IV - Em conseqüência de divisão de propriedade em comum, à vista da estatística remetida pelo escrivão do feito, ou no respectivo traslado, quando feito por escritura;

V - Quando o proprietário imune do imposto nos termos do art. 5º, número II, deixar de explorar o sítio, ou nova gleba que, somada à anterior, ultrapasse a área de vinte hectares (20,00 ha).

VI - Quando os terrenos a que se referem o art. 5º, item I letras "b" e "c", e itens II e III deixarem

... ser utilizados para os respectivos fins ou cessarem de atender às condições que determinaram o reconhecimento da imunidade ou isenção.

Art. 13º - Serão feitas modificações no lançamento do Imposto Territorial Rural.

I - Quando o proprietário passar a cultivar área diferente da lançada;

II - No caso de medição judicial ou extra-judicial, feita esta última a aprovação do fisco;

III - Quanto ao valor, quando houver avaliação judicial definitiva do imóvel ou promessa irrevogável de compra e venda.

Art. 14º - Em caso de litígio sôbre o domínio do imóvel, os litigantes serão lançados para pagamento do imposto.

Parágrafo único - A parte vencida receberá do município, mediante prova da decisão final do litígio, a quantia que houver pago acrescida dos juros de 6% ao ano contados da data em que tiver sido apresentada a reclamação, devidamente legalizada, ao Departamento de Rendas Municipais.

Art. 15º - Os adquirentes, por título particular, de bens sujeitos ao imposto territorial, ficam obrigados a apresentá-los ao Departamento das Rendas Municipais, dentro de dez (10) dias de sua assinatura.

Art. 16º - Não será atendida reclamação quanto ao valor do lançamento quando provenha de título de aquisição, avaliação judicial para qualquer fim, ou promessa irrevogável de compra e venda.

Art. 17º - Para os efeitos de lançamento ou sua conservação os escrivães fornecerão ao Departamento das Rendas Municipais, mediante recibo, dentro de trinta (30) dias ... do julgamento do feito, as estatísticas das